

Grupo 1

- **A administração Escolar numa Perspectiva Democrática**

A organização escolar estruturada pela **sociedade capitalista procura, em ultima instancia, a manutenção das relações sociais de produção**, refletindo as divisões sociais existentes, **com tendência a perpetuá-las e acentuá-las, enfatizando, assim, a manutenção do poder da classe dominante**. Sob a influencia da ideologia burguesa, realiza escolhas, estabelece critérios que desfavorecem aos já desfavorecidos, excluindo de seus limites e bagagem experiencial da criança, especialmente a criança do povo, utilizando-se do autoritarismo e das praticas centralizadoras.

Grupo 1

2. O conceito de administração escolar e seus paradigmas

Esta análise procura demonstrar que a administração escolar ou da educação tem seus fundamentos gerais na Teoria Geral da Administração.

Historicamente, **a teoria administrativa do século XX desenvolveu-se através de três escolas: a clássica, a psicossocial e a contemporânea.**

A escola clássica, no bojo da consolidação da Revolução Industrial no início deste século, foi representada por meio de três movimentos: a **administração científica de Taylor**, a **administração geral de Fayol** e a **administração burocrática originada de uma disfunção da racionalidade de Weber**. Esses movimentos têm mantido seus princípios presentes nas práticas administrativas atuais.

Grupo 2

3. A teoria administrativa educacional no Brasil

A administração escolar como disciplina e prática administrativa, por não ter ainda construído o seu corpo teórico próprio, demonstra em seu conteúdo as características das diferentes escolas da administração de empresas.

Percebe-se, assim a aplicação dessas teorias à atividade específica da educação, havendo, portanto, uma relação estreita entre a administração escolar e a administração de empresas.

Os condicionantes que determinam a relação constatada são vistos pelos teóricos da administração de empresas como conseqüências de estudos e pesquisas da sociedade capitalista concorrem para a sua aplicação nas demais organizações.

Grupo 3

4. Democratização das relações organizativas no interior da escola

A gestão democrática em educação esta intimamente articulada ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos, de classe, dos trabalhadores, extrapolando as batalhas internas da educação institucionalizada, e sua solução está condicionada à questão da distribuição e apropriação da riqueza e dos benefícios que transcendem os limites da ação da escola.

A escola tem uma contribuição indispensável e insubstituível, embora limitada, a dar para a afirmação histórica das classes populares, na medida em que pode favorecer a ampliação da compreensão do mundo, de si mesmo, dos outros e das relações sociais, essencial para a construção da sua presença histórica, responsável e consciente, no exercício concreto da cidadania.

Grupo 4 5. Regimento Escolar

Como instrumento de organização administrativa e pedagógica, o Regimento Escolar deve expressar o estágio da consciência da comunidade onde esta sendo aplicado.

6. Calendário Escolar

A legislação de ensino em seus dispositivos que:

O ano e as etapas letivas, independente do ano civil, terão no mínimo 200 dias e 800 horas de trabalho efetivo, excluindo o tempo reservado a recuperação/semana de provas...)

O ano e os semestres letivos, independentemente do ano civil, terão no mínimo 180 a 90 dias de trabalho escolar efetivo, respectivamente, excluído o tempo reservado às provas finais, caso estas sejam adotadas. (Lei 5692/71. Art. 11)

Grupo 4 7. Organização Curricular

Os currículos de ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades locais, os planos dos estabelecimentos de ensino e as diferenças individuais dos alunos. (Lei nº. 5692/71, Art. 4º alt. Pela Lei 7044/82)

Os currículos de ensinos: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio (Lei nº. 9394/96).

8. Conselho Escolar como elemento da gestão democrática

A partir do início da década de 1980, com a chamada transição democrática, a sociedade brasileira delineou um novo quadro de mobilização e organização social, suficientemente amplo para provocar mudanças nas relações de poder em todas as áreas, incluindo na educação. Essas mudanças exigiram o redimensionamento de toda a comunidade escolar, nos processos de tomada de decisões, tornando-se, assim, o principal elemento de democratização no espaço escolar